

O ASSOCIATIVISMO E A NOVA DIREITA NO BRASIL. QUAL A CONEXÃO?¹

Associativism and the New Right in Brazil. What is the connection?

BARROS, Luís Silva²

Resumo: Neste artigo buscamos compreender a nova direita brasileira por meio da atual crise moral e política no Brasil contemporâneo. Por se tratar de uma análise baseado do conceito Weberiano de *ethos*, enfatizaremos certos aspectos heurísticos de uma dicotomia estabelecida por Martins (2008), que polariza o utilitarismo e o associativismo. A crítica ao utilitarismo é certamente válida no que diz respeito ao seu caráter mercadológico, porém não leva em consideração seu caráter 'anti-patriarcal' (Barros, Costa e Barreira, 2019), revolucionário e emancipatório. De forma análoga, a ausência de uma revisão crítica do associativismo oculta suas características 'somasoquistas' (Souza, 2017). O principal objetivo aqui é demonstrar que as práticas autoritárias, patriarcais e patrimoniais que predominam no Brasil e na América Latina não são, por razões genealógicas, resultado do utilitarismo, mesmo dada a premissa correta de que influências mercadológicas alimentam tais práticas.

Palavras-chave: Associativismo. Brasil. Ethos. Utilitarismo.

Abstract: In this article we seek to understand the new Brazilian right through the current moral and political crisis in contemporary Brazil. We will emphasize the heuristic aspects Martins' (2008) dichotomy that polarizes utilitarianism and associativism, given that the analysis is based on Weber's concept of *ethos*. The critique of utilitarianism is certainly valid as far as market traits are concerned but does not account its 'anti-patriarchal' character (Barros, Costa and Barreira, 2019), which is both emancipatory and revolutionary. Similarly, the absence of a critical revision of associativism obscures its 'somasochistic' characteristics (Souza, 2017). The main objective here is to demonstrate that authoritarian, patriarchal and patrimonial practices, which predominate in Brazil and Latin America, are not the result of utilitarianism for genealogical reasons, despite the fact that market influences may feed such practices.

Keywords: Associativism Brazil. Ethos. Utilitarianism.

¹ Recebido em: 10 Abr. 2018. Aprovado em: 18 Set. 2018.

² Professor visitante no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: luisbarros2018@gmail.com

1. Introdução

Este artigo busca entender a crescente influência do discurso de direita no Brasil através de uma releitura dos postulados do pensamento antiutilitarista. O momento é propício para se fazer uma autocrítica do ‘nexo moral’ (Prado Junior, 2000, 357) da sociedade brasileira contemporânea em busca de novas narrativas para a mobilização política de esquerda. A fórmula de Walter Benjamin, segundo a qual “cada ressurgimento do fascismo dá testemunho de uma revolução que falhou” se aplica aos fracassos da esquerda documentados por Badiou (2012) e servirá de fio condutor desta análise. Foi o fracasso da esquerda de compreender as raízes do Brasil (Holanda, 2014) que abriu caminho para o recente avanço da direita no país.

A atual crise moral que enfrentamos na política pode ser analisada à luz de uma dicotomia: utilitarismo versus associativismo. Porém, essa dicotomia é mais complexa do que estabelece o pensamento antiutilitarista (Martins, 2008) e a ‘condenação’ do utilitarismo pode ter sido precipitada. A falta de um entendimento mais profundo do utilitarismo e do associativismo levou a certa paralisia de ideias gerando, assim, dificuldade de se repensarem categorias epistemológicas capazes de fortalecer a ação da esquerda progressista.

A construção de novas narrativas capazes de fazer frente a discursos de direita se dará a partir de uma investigação epistemológica do ‘espírito’ do capitalismo latino-americano (Martins, 1999). Para isso será necessário fazer um trabalho de análise da cultura capitalista dos países latino-americanos. No presente artigo focaremos nossos esforços no caso brasileiro. Esta tarefa de desvendar o funcionamento do “espírito capitalista latino-americano” centrado em uma “ética autoritária/patriarcal” tem seu ponto de partida na análise crítica do pensamento antiutilitarista. Um estudo de seus pontos fortes e fracos demonstrará a existência de características inesperadas, esquecidas ou reprimidas, inerentes ao *ethos* do associativismo no contexto capitalista brasileiro.

Convém iniciar com os pontos fortes do pensamento antiutilitarista, sua crítica às formas contemporâneas de colonialismo. Sabemos que o utilitarismo está no cerne das

ideologias que sustentaram os projetos coloniais do século XIX (Hobsbawn, 2014b) e que ainda hoje sustentam os projetos do chamado ‘novo imperialismo’ (Harvey, 2003). Descrito em detalhe etnográfico por Perkins (2006), o ‘novo imperialismo’ baseia-se em práticas comerciais que visam a incorporação de elites dos países latino-americanos ao capitalismo internacional. Parte deste projeto inclui uma espécie de aculturação de costumes americanos e europeus, que enfraquece as formas alternativas de organização social associativistas típicas da cultura dos países latino-americanos. Ao enfraquecer estas formas de relações associativas, esta cultura promove o mercado como única forma de sociabilidade.

Por outro lado, o que aconteceria se não houvesse esse processo de acultramento? O que significaria viver em uma cultura sem nenhum resquício de uma lógica utilitarista instrumental? No caso do Brasil, pode-se buscar a resposta para essas perguntas, resgatando a genealogia apresentada por sociólogos como Sergio Buarque de Holanda (2014) e Gilberto Freyre (2016), mas respostas podem ser encontradas nas manifestações ideológicas da cultura brasileira, conservadora, autoritária e patriarcal (Chauí, 2013b, 257).

Retomando a discussão filosófica de Badiou (2012), podemos definir três tipos de fracasso em uma sequência política ao longo do processo histórico. A primeira definição, é “o fracasso de uma tentativa em que ...revolucionários são esmagados pela contrarrevolução armada” (Badiou, 2012, pg. 22-23). A segunda definição diz respeito aos amplos movimentos revolucionários compostos por forças desorganizadas sem um real objetivo de tomada do poder, como no caso do mítico Maio de 1968. Finalmente, a terceira definição trata da corrupção dos agentes revolucionários exitosos, que se alinham à agenda do capitalismo global após a tomada do poder. O fracasso que nos referimos aqui está contido, prioritariamente, nas primeira e terceira definições.

Para concretizar a proposição de que houve um fracasso nas propostas políticas de esquerda, pelas análises e reflexões de pensadores de esquerda. Em entrevista intitulada *A Esquerda foi Singularmente Incapaz e Burra nessas Eleições* dada ao *The Intercept*, Jessé Souza argumenta que as eleições de 2018 foi a culminação de um processo de luta de classe que vem sendo travado desde 1930. Argumenta que a esquerda foi recentemente “colonizada por uma linguagem que só beneficiou a direita” e que, por este motivo, permitiu a ascensão desta.

Esta constatação se assemelha às declarações feitas por Eduardo Jorge – um dos fundadores do PT e vice candidato de Marina Silva – que em entrevista com Mariana Godoy para Rede TV declarou que “a diuturna pregação do Lula de que o país estaria dividido entre ‘nós’ e ‘eles’, i.e., os inimigos do povo” forçou este último grupo a se organizar em volta do Bolsonaro. Assim, o fracasso da esquerda foi a criação de uma dicotomia tribal que produziu um ambiente de ódio mútuo entre esquerda e direita, além de promover a organização de uma contracorrente ideológica da extrema direita. O resultado, como explicam os cientistas políticos Marco Antônio Teixeira e Kleber Carrilho, é a ascensão de uma ‘pauta moral’ que transforma o debate racional em um debate quase-religioso.

Ao mesmo tempo, propostas voltadas para a construção de relações sociais mais democráticas foram implementadas em países onde a presença do capitalismo é mais forte que no Brasil. Os países desenvolvidos da Europa ocidental tiveram êxito na construção de projetos sociais de esquerda, tornando-os em uma espécie de “capitalismo” ou “utilitarismo” equitativo. Este paradoxo deveria gerar uma reflexão sobre as bases morais das ideias utilitárias.

Estas análises não invalidam o fato de a esquerda também ter sido vítima da grande mídia e de um poder legislativo corrupto (Souza, 2016). Porém, o sucesso deste ataque da contracorrente de direita só foi possível pelos fracassos da esquerda expostas acima. Devemos lembrar que o choque e incredulidade de vários intelectuais com a eleição de Bolsonaro também serve de indicador para uma reversão de quase duas décadas de governos de esquerda, que pareciam politicamente imbatíveis no Brasil e na América Latina. Um dado quantitativo que corrobora este dado qualitativo de choque e incredulidade, se apresenta na recente reação à primeira entrevista de Lula cedida à imprensa desde que foi preso. Se utilizarmos a repercussão de declarações de Lula nas redes sociais como medida vemos uma mudança significativa. A entrevista concedida à Folha de São Paulo e El País no dia 26 de abril de 2019 obteve impacto midiático 17 vezes menor que Bolsonaro, ao longo do mesmo período, segundo os dados da pesquisa da empresa de consultoria *Bite*.

A cultura e as práticas cotidianas no Brasil não possuem qualquer relação com o *ethos* utilitário protestante que germinou o capitalismo nos países desenvolvidos (Weber, 2001,

43-49). Apesar da roupagem moderna, o capitalismo latino-americano assemelha-se, em sua estrutura e funcionalismo, mais a um tipo de mercantilismo (Caldeira, 1999) e sociedade de corte (Elias, 2001), modelos superados pelo processo de modernização nos países ocidentais no período entre o pós-guerra e a queda do Muro de Berlim.

Isso não significa que os problemas políticos e socioeconômicos das sociedades latino-americanas não sejam acentuados pelo *ethos* que sustenta o capitalismo transnacional. Porém, significa que o utilitarismo não pode ser a causa ou fator explicativo da nossa condição social contemporânea. Há que buscar outra explicação para as causas epistemológicas das narrativas da direita, que são construídas em bases endógenas provindas de nossa cultura patriarcal (Holanda, 2014), e que ainda hoje predominam no capitalismo brasileiro do século XXI.

O principal objetivo aqui é demonstrar que, por razões genealógicas, o utilitarismo não pode ser culpado pela construção das sociedades patrimoniais, autoritárias e patriarcais que predominam no Brasil e na América Latina. Um corolário desta demonstração é a narrativa de esquerda que cria uma falsa dicotomia entre capitalismo e socialismo. Se, como argumenta Latour (1994), “jamais fomos modernos”, analogamente é correto afirmar que o Brasil jamais foi capitalista no mesmo sentido que são os países desenvolvidos. Para construir um discurso efetivo, seria necessário começar por uma narrativa que estabelece uma dicotomia entre capitalismo, de um lado, e feudalismo, mercantilismo e sociedade de corte, do outro. Seguindo Žižek (2015, 78-79), que sugere uma pletora de capitalismo com os mais diversos valores, pode-se chamar esta forma social de ‘capitalismo com valores latino-americanos’, transcendendo assim o falso debate entre capitalismo e socialismo. Este debate talvez seja a verdadeira fonte das dificuldades encontradas pela esquerda hoje e da crescente força política e de mobilização social da nova direita.

2. Conservadorismo e autoritarismo: o outro lado do associativismo

Em artigo recente, Savage (2016, 476) mostrou que, no referendun do Brexit³, as elites profissionais e educadas votaram fortemente a favor da permanência do Reino Unido na União Europeia, enquanto as classes socialmente excluídas e economicamente desprovidas – paradoxalmente, as mais beneficiadas pelas políticas do bloco europeu – votaram maciçamente pela saída da União Europeia. Não só isso, a classe média baixa e o operariado industrial são as classes que votam nos partidos de centro-direita e de direita.

O conservadorismo não é um fenômeno novo e, de fato, sob uma perspectiva histórica, vemos que as classes mais exploradas e, geralmente, menos instruídas são as classes que apoiam ideias autoritárias contrárias a seus próprios interesses. Hobsbawn (2014a), por exemplo, mostrou que uma das lições do fracasso das revoluções de 1848 na Europa foi mostrar que as classes mais exploradas, que se beneficiariam com o surgimento de uma ordem socialista, são as mais conservadoras:

Quando as barricadas foram erguidas em Paris, todos os liberais moderados (e uma razoável proporção de radicais) eram conservadores potenciais. (...) a opinião moderada ...rapidamente mudava de lado [e 1848] fracassou porque ficou evidenciado que a confrontação decisiva não era entre os velhos regimes e as “forças do progresso” unidas [liberalismo e socialismo], mas entre “ordem” [liberais e conservadores] e “revolução social”. (...) Portanto a revolução manteve seu ímpeto somente onde os radicais eram suficientemente fortes e suficientemente ligados ao movimento popular para empurrar os moderados para a frente... [Onde não eram, como] na Áustria em 1859 e na maior parte da Alemanha na primeira metade da década de 1860 ...[o] descontentamento de numerosos artesãos [os tornam] cada vez mais hostis ao liberalismo, chegando a proporcionar uma base política para movimentos de extrema direita a partir de 1870. (Hobsbawn, 2014a, 42-69)

O interesse deste fenômeno para a presente discussão é que o discurso usado para legitimar suas posições de direita é, em muitos aspectos, contrário às ideias e aos ideais utilitários. De fato, exibe motivações associativistas, sendo também um discurso contrário à solidariedade orgânica das sociedades modernas (Durkheim, 2016). Essa resistência à modernidade foi teorizada por La Boétie (Chauí, 2013a) que, no capítulo intitulado *O poder político da amizade*, chega à seguinte conclusão: “Nem a violência e a força dos tiranos, nem

³ Foi o referendun que determinou a saída do Reino Unido da União Europeia realizado no dia 23 de junho de 2016.

a covardia e a fraqueza dos tiranizados são causas da vontade de servir. Pelo contrário, são suas consequências” (Chauí, 2013a, 12-13). Assim, é a própria vontade de servir que causa os fenômenos opostos de força e fraqueza, violência e covardia e leva La Boétie (Chauí, 2013a) ao conceito paradoxal de *servidão voluntária*:

Cada um, do mais alto ao mais baixo, do maior ao mais ínfimo, deseja ser obedecido pelos demais e, portanto, ser tirano também. Dá-se tudo ao soberano na esperança de converter-se em soberano também: vontade de servir é o nome da vontade de dominar. (...) a vontade de servir engendra uma sociedade tirânica de ponta a ponta. Eis por que ...é ilusão supor que são as armas e alabardas, as fortalezas e os exércitos os protetores do tirano. (...) O povo ludibriado por seu próprio desejo servil, as artimanhas religiosas e os ardis legais sendo mobilizados para produzir ilusões e *só tardiamente o povo reconhece que aceitou servir porque imaginara ser servido* e, consciente de sua fraqueza, faz o que lhe ordenam e *prefere deixar o tirano ali onde possa talvez fazer algum bem do que desalojá-lo colocando-o onde sempre poderá malfazer*. (Chauí, 2013a, 13-14. Grifo meu.)

O conceito de *servidão voluntária* é importante aqui porque permite fazer uma releitura da dádiva, enfatizando seu caráter punitivo e, portanto, mecânico (Durkheim, 2016, 88-92). Mauss (2000, 13) está ciente do caráter obrigatório de dar e receber no contexto das sociedades arcaicas e lembra que aqueles que se neguem a participar deste ritual sofrem graves consequências. Martins (2008, 122), também discute o caráter destas consequências quando afirma que, “a circulação dos objetos, ou o ‘espírito das coisas’ ...tanto pode reforçar práticas emancipatórias como, ao contrário, práticas conservadoras”. Porém, ao longo de seu texto, vai deixando de lado os aspectos punitivos da dádiva, enfatizando e priorizando seus aspectos emancipatórios, de modo a fazer um contraste com a tirania das relações de mercado.

Já Chauí (2013a), ao dar maior importância aos aspectos conservadores e autoritários inerentes à dádiva, mostra que a recusa da dádiva tem similaridades marcantes com as formas de dependência clientelista características do nosso capitalismo latino-americano. Neste ponto a pergunta que se faz é: qual o papel do associativismo nesta discussão mais ampla? A resposta que surge é que o associativismo, assim como o utilitarismo, possui duas dimensões existindo de forma dialética. Por um lado, tem os méritos descritos por Martins (2008), mas por outro possui uma antítese que remete a um tipo de solidariedade mecânica

que constrói um tecido social regulado pela “vontade de servir [que] é o [mesmo] nome da vontade de dominar” (Chauí, 2013a, 13).

Já encontramos em Durkheim (2015, 2016) aspectos desta discussão sobre o processo de transição de uma sociedade mecânica ou ‘arcaica’, na terminologia de Mauss (2000), para uma sociedade orgânica ou ‘moderna’. Se “jamais fomos modernos” (Latour, 1994), no contexto da América Latina pode-se dizer que “jamais fomos utilitários”. Pelo simples fato de nossa cultura não incorporar as dimensões anti-autoritárias do utilitarismo (Barros, Costa e Barreira 2019) – dimensões estas que nos países hoje desenvolvidos foi fundamental para a fragmentação da sociedade de corte e para o surgimento de democracias economicamente sólidas – mantivemos um associativismo que busca por meio de ideias de esquerda uma sociedade mais democrática e humanista. O outro lado da moeda é que também herdamos os elementos autoritários e patriarcais que organizam a solidariedade das sociedades ‘arcaicas’ no sentido de Mauss (2000).

Em seu quinto capítulo, Durkheim (2016) quem trabalha a ideia da lenta e progressiva passagem do associativismo pré-moderno – seja este tribal ou feudal – para um associativismo moderno por meio do utilitarismo⁴. A evolução dos costumes e tradições baseadas na dádiva, do sacrifício e do direito penal dão lugar aos códigos formais do direito cooperativo. Em sua visão, este associativismo utilitário é condição necessária para a formação de uma solidariedade moderna, a orgânica:

Em inúmeros casos, as relações de dependência mútua que unem as funções divididas são reguladas apenas pelos usos, e essas regras não escritas com certeza superam em número aquelas que servem de prolongamento ao direito repressivo, pois devem ser tão diversas quanto as próprias funções sociais. *...quanto mais próximo um tipo social está do nosso, mais o direito cooperativo torna-se predominante; e, ao contrário, o direito penal tem tanto mais importância quanto mais distante está de nossa organização atual.* (Durkheim, 2016, 141-142. Grifo meu)

De fato, a forma predominante de organização social durante a idade média, por exemplo, se deu por meio do associativismo sustentado por relações horizontais de confiança

⁴ Devemos lembrar outro texto de Durkheim, *O Individualismo e os Intelectuais* (Lukes, 1969), que exprime uma visão do utilitarismo compatível com a formação de sociedades cosmopolitas, democráticas e orgânicas.

similares em sua estrutura às aquelas descritas por Martins (2008, 122) quando afirma que todo aquele que confia assume conscientemente o risco de ser traído. Marc Bloch (2015), por exemplo, descreve uma configuração associativa equivalente quando descreve a idade feudal:

O período que assistiu ao florescimento das relações de proteção e de subordinação pessoais, foi igualmente marcado por um verdadeiro estreitamento dos laços de sangue: porque os tempos eram agitados e a autoridade pública não tinha força, o homem tomava uma consciência mais viva das suas ligações com os pequenos grupos, fossem quais fossem, de que podia separar algum socorro. (...) Todavia, a parentela, mesmo durante a primeira idade feudal, não oferecia um abrigo que parecesse seguro ao indivíduo ameaçado pelos múltiplos perigos de uma atmosfera de violência. (Bloch, 2015, 176)

De fato, estas estruturas tribais e feudais descritas por Bloch são análogas a estrutura da sociedade brasileira contemporânea. Faoro (1984, 17), por exemplo, utiliza explicitamente termos como 'feudalismo indígena' e 'feudalismo renascido' para descrever as estruturas políticas e socioeconômicas do período colonial brasileiro traçando, em sua genealogia, as diversas formas de clientelismo, patrimonialismo e autoritarismo. O ponto que dever ser enfatizado a respeito da descrição de Faoro (1984) sobre a evolução da sociedade brasileira é que nada do que descreve remete a ideias ou ideais utilitaristas, mas assemelha-se culturalmente a configurações que nos lembra o tipo de associativismo da Idade Média. Essas são as configurações feudais estariam na base da nossa herança cultural e, de acordo com Faoro (1984):

...mostra, com abundância de provas, o processo [onde o] senhor de latifúndios e de escravos – o senhor de engenho –, opulento e liberal nos gastos, se incorpora a uma categoria social, a aristocracia ou a nobreza, de ordem rural. O fazendeiro ...se transmuta em nobre, por analogia com o aristocrata europeu [e de] nobre se faz culto e instruído, exigindo o poder político, que a Independência lhe daria, em plano nacional, acima do refúgio de quatro séculos nas acanhadas municipalidades. Há um trânsito entre os estados, em estratificação ascendente: da riqueza à aristocracia e da aristocracia ao poder político. Uma simplificação completará o sistema: nobreza territorial será sempre nobreza feudal. Outra face da mesma persuasão funda-se em duas hipóteses: a colonização se processou sob o sistema feudal, com as chamadas colônias de plantação, ou a colonização americana, ferida pelas circunstâncias, retrocedeu à era feudal, estimulada pelas capitânicas. (Faoro, 1984, 128-129)

Vemos, portanto, que o que podia ser um vestígio de um passado longínquo e já superado pelos países ocidentais por meio de uma mentalidade utilitarista está, de fato, presente de forma associativista no tecido social brasileiro. Mais importante ainda para a presente discussão do nosso legado histórico é o destaque que Faoro (1984) dá ao tipo de organização capitalista que se desenvolve no Brasil. Diz Faoro (1984):

O capitalismo politicamente orientado – o capitalismo político, ou o pré-capitalismo – centro da aventura, da conquista e da colonização moldou a realidade estatal, sobrevivendo, e incorporando na sobrevivência, o *capitalismo moderno*, de índole industrial, racional na técnica e fundado na liberdade do indivíduo – liberdade de negociar, de contratar, de gerir a propriedade sob a garantia das instituições. A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente. O súdito, a sociedade, se compreendem no âmbito de um aparelhamento a explorar, a manipular, a tosquiar nos casos extremos. Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo – assim é porque sempre foi. (Faoro, 1984, 733. Grifos meus.)

Nesta passagem acima Faoro (1984) ilustra o argumento central deste artigo: o que chama de *capitalismo politicamente orientado* não surge da alienação causada pelo individualismo utilitário, mas sim de uma interdependência associativista. Se a esquerda quiser virar o atual quadro discursivo dominado pela direita, deverá trazer de volta em seus próprios termos os aspectos da racionalização e racionalidade da sociedade moderna. Neste sentido, Martins (2008) tem razão ao afirmar que:

...trocas entre indivíduos, grupos e nações são, em geral, incertas, indeterminadas e assimétricas, o sistema do dom contribui para que se entenda que a regra de equivalência típica da economia de mercado – um bem dado implica em um bem pago – não é uma regra geral, como propõem os doutrinadores liberais e utilitaristas, mas a exceção (Martins, 2008, 120-121).

De fato, no Brasil a forma de solidariedade que regula as interrelações sociais não são, como via de regra, motivadas por interesses utilitários. Porém, é justamente a ausência na transparência das relações sociais baseadas na *regra de equivalência* que explica o caráter autoritário, conservador e patrimonialista de nossas estruturas sociais, políticas e

econômicas. É a ausência, não o excesso, da lógica utilitária que está na raiz do nosso associativismo patriarcal.

3. Conclusão

A proposta deste dossiê de se buscar uma “Nova História Cultural”, onde o produto da história é a interpretação dos fatos, requer um estudo epistemológico que, no nosso entendimento, só é possível de ser realizado por meio de uma genealogia das ideologias conservadoras no Brasil. Nosso método de análise foi buscar elementos da lógica utilitarista no discurso de direita no Brasil, através de uma releitura dos postulados do pensamento antiutilitarista. Uma breve análise das obras sociológicas que discutem esta genealogia (Caldeira, 1999; Chauí, 2013a, 2013b; Faoro, 1984; Freyre, 2016; Holanda, 2014; Martins, 1999, 2008) sugere que a dicotomia entre capitalismo e socialismo possui pouco poder explicativo para o entendimento da nova direita emergente. Acreditamos que a dicotomia entre capitalismo e feudalismo melhor explica os problemas sociais que devem ser atacados pela esquerda.

Discursos que criticam o capitalismo neoliberal, nos apresentando como vítimas passivas de um processo político e social criado no exterior, podem até explicar a retomada do poder da direita (Harvey, 2007), mas pouco contribuem para uma agenda emancipatória. Devemos buscar novas narrativas que possuam elementos de autocrítica capazes de nos ajudar, como diria Badiou (2012, 26) a localizar, dentro de um “espaço de fracassos possíveis” uma narrativa onde seríamos “proibidos de falhar”.

Como os problemas da América Latina são resultado de um patrimonialismo autoritário, temos que entender este mesmo patrimonialismo, e não o utilitarismo, como a raiz do problema. Podemos estar caindo em uma armadilha teórica ao criticar o utilitarismo, pois, como nos mostra Holanda (2014, 176), o patrimonialismo patriarcal no Brasil é fundado em relações cordiais que possuem mais elementos em comum com o associativismo do que com o utilitarismo. Tais relações, podem, em casos extremos, se transformarem em relações

de lealdade cegas que se assemelham as relações associativas que sustentam laços de dependência (Bloch, 2015, 177). Assim, temos que buscar no cerne do associativismo seu caráter de servidão voluntária (Chauí, 2013a), servidão esta responsável e sustentadora dos discursos de direita que, cada vez mais, encontram apoio no Brasil.

Durkheim (2015, 53) nos lembra que a sustentação de um Estado de bem-estar social fundado nos direitos cidadãos foi não somente uma conquista histórica, mas também um processo permanente de luta contra uma inércia natural que leva os homens a decomposição moral. O processo de modernização não está garantido e, de fato, pode se reverter ao tipo de solidariedade mecânica característica da pré-história da humanidade, onde os interesses dos indivíduos não estão prescritos por regras claras que o façam sincronizar seus interesses com os de uma sociedade orgânica.

A conclusão mais importante e de difícil aceitação é que no cerne da dívida temos, ao mesmo tempo, a propensão para a democracia e o associativismo humanista como também a propensão para conservadorismo e autoritarismo, seja este na forma totalitária, fascista ou até mesmo feudal (como sugerido por Faoro e Holanda, por exemplo). Portanto, a sugestão de que o associativismo é uma panaceia para os problemas sociais e o utilitarismo a fonte destes pode ser contraproducente na busca de narrativas que possam empoderar a esquerda frente a uma direita cada vez mais forte.

Referências

BARROS, Luís Silva; COSTA, Irlena Maria Malheiros da; BARREIRA, César (2019). Uma sociedade capitalista sem os valores utilitários do egoísmo racional: O Brasil no início do século XXI. *Revista Brasileira de sociologia*, 07, (15), 235-254.

BLOCH, Marc (2015). *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70.

CHAUI, Marilena (2013). *Contra a servidão voluntária*. São Paulo: Autêntica.

DURKHEIM, Émile (2015). *Lições de Sociologia: Física dos Costumes e do Direito*. São Paulo: Edipro.

- DURKHEIM, Émile (2016). *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Edipro.
- FOUCAULT, Michel (1997). *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes.
- FREYRE, Gilberto (2016). *Ordem e Progresso*. São Paulo: Global Editora.
- HARVEY, David (2003). *The New Imperialism*. New York: Oxford University Press.
- HILL, Christopher (1972). *The World Turned Upside Down: Radical ideas during the English Revolution*. London: Viking.
- HOBBSBAWN, Eric (2014a). *A Era do Capital 1848 – 1875*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- HOBBSBAWN, Eric (2014b). *A Era dos Impérios 1875 – 1914*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (2014). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LOCKE, John (2002). *Segundo Tratado sobre o Governo*. São Paulo: Martin Claret.
- LUKES, Steven (1969). Durkheim's 'Individualism and the Intellectuals'. *Political Studies*. 17, 1, 14-30.
- MARTINS, Paulo Henrique (1999). Cultura Autoritária no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*. 30, 1/2, 105-132.
- MARTINS, Paulo Henrique (2008). De Lévi-Strauss a M.A.U.S.S. – Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 23, 66, 105-130.
- MAUSS, Marcel (2000). *The Gift: The Form and Reason for Exchange in Archaic Societies*. London: W. W. Norton.
- NIETZSCHE, Friedrich (2013). *On the Genealogy of Morals*. London: Penguin Classics.
- PARRY, Jonathan (1986). The Gift, the Indian Gift, the 'Indian' Gift. *Man, New Series*. 21, 3, 453-473.
- PERKINS, John (2006). *Confessions of an Economic Hit Man*. New York: Plume.
- PRADO JR., Caio (2000). *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense.
- SAVAGE, Mike. (2016). End of class wars. *Nature*, v. 537, pp. 475-479.
- SONDROL, Paul C. (1991). Totalitarian and Authoritarian Dictators: A Comparison of Fidel Castro and Alfredo Stroessner. *Journal of Latin American Studies*. 23, 3, 599-620.
- SOTO, Hernando de (2001). *O Mistério do Capital: Por que o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo?* Rio de Janeiro: Record.

SOUZA, Jessé (2016). *A Radiografia do Golpe: Entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa.

SOUZA, Jessé (2017). *A Elite do Atraso: da Escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: LeYa.

WEBER, Max (2001). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martin Claret.